



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal no1767, de 11 de Junho de 1999,
Alterada pela Lei Municipal no 2984, de 25 de abril de 2014.
Criado pela Lei Municipal no1767, de 11 de Junho de 1999, Alterada

pela Lei Municipal no 2984, de 25 de abril de 2014.

ATA da 3ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA

O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD de Santos se reuniu, por meio de videoconferência, no dia 12 de julho, com início às 9:30 min com os presentes constantes ao final da ata, onde foram tratados os seguintes pontos de pauta: **1 - Apreciação e aprovação da Ata da Assembleia anterior; (Ata enviada por email aos participantes, lida e aprovada); 2 - Acesso aos bebedouros e banheiros – Audiência Pública; 3 – Resgate dos ofícios anteriores, suas respostas e pendências; 4 – Orçamentos e contratação da empresa publicitária; 5 – Organização das Câmaras e 6 – Assuntos gerais.** A presidente Laureci Dias apresenta dificuldades para iniciar a reunião e a Sra Carla Dias assume a direção verificando a criação de link para realização, para que não ocorra atraso, adiantando, assim, os trabalhos. Enquanto não inicia a Assembléia, os participantes discutem e comentam a situação atual, no país, à respeito das novas práticas na área da educação. A Sra. Luciana explica que na gestão anterior, o link das reuniões era mantido sempre o mesmo e, nessa nova formação ficou sugerido a criação de um novo link porém, em virtude da ausência por férias da Sra. Tais, essa criação acabou ficando prejudicada. A Sra Laureci assume a direção da Assembléia, se desculpando pelo atraso e o Sr Jorge sugere que a próxima reunião que seja presencial. Foram apresentadas as impossibilidades, ainda, por conta da Covid 19. Carla aponta que poderia ser pensado esse encontro presencial à partir da segunda dose da vacina e alguns locais foram apontados como sugestão para esses encontros presenciais. A Sra. Luciana cobra definição da própria Prefeitura de Santos e Carla, se propõe a verificar, junto à Prefeitura, um local adequado. Iniciada a reunião com aprovação da ata da reunião anterior que fora enviada, aos participantes, por email; O segundo item: Audiência pública referente ao acesso aos banheiros e bebedouros que ainda não tem resposta ao ofício enviado à Câmara, dado encaminhamento para reiteração à Câmara, através da Sra Débora Ribeiro, sugerido pelo Sr. Jorge;



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal no 1767, de 11 de Junho de 1999,
Alterada pela Lei Municipal no 2984, de 25 de abril de 2014.

27 Seguindo para o terceiro item, resgate dos ofícios anteriores ainda sem respostas e com pendências,
28 Sra Luciana esclarece que alguns ofícios ficaram sem resposta ou com resposta insuficiente e propõe
29 retomada desses ofícios levantando alguns temas: recursos recebidos, acesso aos processos
30 administrativos, notificação de óbitos da população em situação de rua, lei de notificação
31 compulsória, Caps ad, funcionamento e mudança de espaço, entre outros; Jorge propõe foco no
32 Caps ad e notificação de óbitos da população em situação de rua e manifesta a necessidade de uma
33 reunião com o Secretário de Saúde, Sra Carla pede esclarecimentos e Luciana explica que muitos
34 ofícios foram enviados e não respondidos por não serem considerados prioridade para os setores
35 respectivos. Carla questiona a participação de representantes de outras secretarias para que se
36 possa reforçar esses levantamentos pendentes. Sra. Kelly se apresenta como representante da
37 Secretaria de Cultura. Todos concordam com a necessidade de reiteração e cobrança de respostas
38 não dadas. Marcos solicita explicação sobre essas pendências e a Sra Luciana sugere que seja feita
39 uma listagem, pela Sepacom, de todos os ofícios enviados e não respondidos, exemplifica com
40 pedido de informações sobre recursos para construção do Caps da Zona Noroeste e a resposta não
41 foi suficiente para esse acompanhamento, inclusive, com pedido do número do processo
42 administrativo, há três anos, com respostas que não contempla os questionamentos feitos. Márcia,
43 questiona a participação do Ministério Público e a Sra. Luciana atualiza que o próprio MP não recebe
44 respostas adequadas desde 2016, com inquéritos ainda em andamento. Jorge relembra participação
45 numa reunião onde a gestão se comprometeu a seguir com o planejamento de adequação do serviço
46 de saúde mental e, até o momento, isso não aconteceu. Carla propõe uma retomada dos trabalhos
47 e manifesta a necessidade de apropriação da situação. Márcia fala da necessidade urgente de rever
48 essas questões pelo tempo que se arrasta e nenhuma situação é resolvida, dada a necessidade das
49 pessoas que fazem uso do espaço. Sra. Bernadete, enquanto trabalhadora daquele serviço,
50 manifesta sua preocupação em relação à morosidade das ações para efetivação e resolução das
51 dificuldades. Sra. Carla se coloca disponível, à partir do Fundo Social de Solidariedade para
52 contribuição de recursos ofertados pela população. Sra. Luciana relata a tentativa de apresentação
53 da composição do Comad na gestão anterior e as dificuldades de diálogo encontradas. Sugere uma
54 nova tentativa de apresentação da nova diretoria do Comad à nova gestão municipal, através da
55 representação do Gabinete. Fala, ainda, sobre o pedido de audiência pública para discutir a retirada
56 dos bebês dos cuidados de suas mães, em situação de rua, com dados efetivos para diálogo e
57 discussão com dados da Vara da Infância e Adolescência sobre o crescente número. A Sra Laureci
58 concorda com o tempo para apropriação dos trabalhos, pela gestão, porém, reforça a necessidade
59 da cobrança de ações rápidas pois, não dá para aguardar dada a urgência dessas pessoas. A Sra
60 Laureci informa que o Sr. Raton, representante do Diário do Litoral, tem interesse em fazer



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal no1767, de 11 de Junho de 1999,
Alterada pela Lei Municipal no 2984, de 25 de abril de 2014.

61 levantamento e apresentação das condições dos serviços de acolhimento nos municípios, expressa
62 a sua indignação sobre as condições dos serviços e menciona o caso da entrega da reforma da
63 Seacolhe-AIF. A Sra Luciana questiona todos os recursos recebidos pelo município e sua utilização.
64 Sr. Jorge e Sra. Márcia sugerem utilizar a mídia local para que essas ações possam ser esclarecidas
65 à população. Sra Luciana levanta que a tramitação burocrática da Prefeitura de Santos é muito lenta
66 e ineficiente, não levando como prioridade as questões que esse conselho levanta, apresentando
67 respostas insatisfatórias. Aponta como caminho: reiterar as solicitações através da composição de
68 grupo formado por representantes do Comad, Legislativo e Mídia local como demonstrativo de
69 interesse e força. O Sr Jorge externa a necessidade de estabelecer prazos para que não caia no
70 esquecimento. Sr. Jorge propõe, ainda, reunião com o Secretaria de Saúde com o intuito de cobrar
71 essassoluções que se arrastam. Sra Luciana aponta entendimento de priorizar essas pendências
72 com respostas mais efetivas para resolução de dificuldades, apontando dois caminhos possíveis:
73 listar e entregar em mãos os documentos, com a presença da mídia ou, listar, entregar e aguardar
74 as respostas. Srs. Laureci e Jorge votam pela primeira proposta. Marcos esclarece que a entrega
75 feita com a presença da mídia não se trata de um ataque à nova gestão mas, de um registro dessa
76 ação. Sra Laureci concorda e aponta como uma forma de mobilização, não de ataque. A Sra. Carla
77 propõe reiterar, aguardar as respostas, cobrar agilidade na marcação das datas para Audiência
78 Pública com a Câmara Municipal e se compromete a marcar data para que essas reuniões com a
79 nova gestão aconteçam para apresentação e entrega de documentos, bem como, convite para
80 participação de uma reunião do Comad, O próximo item, que trata dos orçamentos e contratação
81 da empresa publicitária, tendo como informação que o limite máximo para contratação, sem licitação
82 é de Rs 17.000,00 (dezesete mil reais) e 53.000,00 (cinquenta e três mil) o total do recurso do
83 Comad. Fica formada a Câmara financeira composta pelos representantes: Jorge, Carla Dias e Edmir
84 que discutirão as condições para escolha da empresa que fará a campanha publicitária e
85 compartilhará com o grupo, via whatsapp, para que se atualize os dados. Os demais itens da pauta,
86 por conta do horário avançado, ficarão para a próxima reunião. Sra Luciana propõe que as pessoas
87 se coloquem disponíveis para formação das Câmaras. Sra Sonia esclarece que algumas reuniões
88 com os Conselhos da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente aconteceram e
89 que um documento à respeito do PL deve ser feito à partir de discussões entre esses Conselhos.
90 Sra Laureci encerra a reunião às 11:12 horas.

91
92 **Participaram dessa Assembleia:**



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal no1767, de 11 de Junho de 1999,
Alterada pela Lei Municipal no 2984, de 25 de abril de 2014.

93 Laureci Dias – Presidente do Comad, Luciana Togni – representante de Instituição de Ensino , Sônia
94 Regina Nazabielli – Representante de Instituição de Ensino, Rosana Dias – representante da
95 Secretaria de Desenvolvimento Social, Marco Aurélio – Adesaf; Bernadeth Messias – Assistente
96 Social CAPS AD, Carlos Aguiar da Silva – Marcha da Maconha, Carla Martinez– Representante do
97 Governo, Jorge Viana – CMS, Nathalia Barros de Andrade - Chefe de seção do CAPS AD ZOI - .
98 Representante da SMS, Kelly Galetto, representante da Secretaria de Cultura, Jesse Catamari Reis,
99 Márcia Cristina Marreta, Gigi Louise, Ilka Conti, Esther Gomes da Silva.

Justificativas –

104 Laureci Dias

105 Presidente do COMAD

Rosana Salvador Dias

2ª Secretária do COMAD